

ANÁLISE REGIONAL DO EMPREGO DOS MUNICÍPIOS DO CENTRO-NORTE DO BRASIL NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XXI

REGIONAL EMPLOYMENT ANALYSIS OF MUNICIPALITIES IN THE CENTER NORTH OF BRAZIL IN THE FIRST DECADES OF THE 21ST CENTURY

ANÁLISIS REGIONAL DEL EMPLEO EN LOS MUNICIPIOS DEL CENTRO-NORTE DE BRASIL EN LAS PRIMERAS DÉCADAS DEL SIGLO XXI

Samuel Ferreira da Fonseca¹

Nilton Marques de Oliveira²

RESUMO

Este artigo apresenta a dinâmica produtiva dos municípios do Centro-Norte do Brasil nas primeiras décadas do século XXI. Elaborou-se o Quociente Locacional (QL) e realizou-se a comparação dos valores de QL com o Produto Interno Bruto (PIB) de cada município. Para tanto, os dados secundários foram obtidos junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), na base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Observou-se que os municípios que atuam expressivamente no ramo da mineração, Parauapebas e Canaã dos Carajás, no Pará, obtiveram maiores valores de PIB. A maioria dos municípios do Centro-Norte, cujo ramo de atividade com maior expressão é a agropecuária, demonstrou valores altos de QL para Administração pública. Portanto, sugere-se que estudos futuros sejam realizados no Centro-Norte para identificar as disparidades regionais com maior clareza e propor políticas públicas mais incisivas para os residentes, considerando a atuação deles como *stakeholders*.

Palavras-chave: fronteira agrícola; políticas públicas; desenvolvimento regional; especialização produtiva.

ABSTRACT

This paper presents the productive dynamics of the municipalities of the Centro-Norte of Brazil in the first decades of the 21st century. The Location Quotient (QL) was created and the values were compared with the Gross Domestic Product (GDP) of each municipality. For this purpose, secondary data were obtained from the Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), in the Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) database. It was observed that the municipalities that operate in the mining sector had higher GDP values, Parauapebas and Canaã dos Carajás, in Pará. Most municipalities in the Centro-Norte had high QL values for the public administration. The branch of activity with the greatest expression in is agriculture. Therefore,

¹Doutor em Desenvolvimento Regional. EETEPa - Escolas Técnicas do Estado do Pará. Tailândia. Pará. Brasil.

E-mail: fonsekageo@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0327-646X>

²Doutor em Desenvolvimento Regional e Agronegócio. PGDR/UFT. Palmas – Tocantins. Brasil. E-mail:

niltonmarques@uft.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6485-314X>

it is suggested that future studies be carried out in the North Center with the objective of identifying regional disparities more clearly and proposing more incisive public policies for residents, considering their role stakeholders.

Keywords: agricultural frontier; public policies; regional development; productive specialization.

RESUMEN

Este artículo presenta la dinámica productiva de los municipios del Centro-Norte de Brasil en las primeras décadas del siglo XXI. Para ello, se calculó el Coeficiente de Localización (QL-de su sigla en portugués) y se comparó con el Producto Interno Bruto (PIB). Los datos utilizados provienen del Ministerio de Trabajo y Empleo (MTE), de la base de datos de la Relación Anual de Información Social (RAIS). Los resultados muestran que los municipios con una fuerte presencia en la minería registraron los mayores valores de PIB, destacándose Parauapebas y Canaã dos Carajás. La mayoría de los municipios presentaron valores elevados de QL en la Administración Pública. La agropecuaria se consolidó como la actividad económica en la región. Por ello, se recomienda que futuros estudios analicen las disparidades regionales, con el fin de diseñar políticas públicas más efectivas que tomen en cuenta a los habitantes como actores clave en el desarrollo local.

Palabras claves: frontera agrícola; políticas públicas; desarrollo regional; especialización productiva.

Como citar este artigo: FONSECA, S. F.; OLIVEIRA, N. M. Análise regional do emprego dos municípios do Centro-Norte do Brasil nas primeiras décadas do Século XXI. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**, v. 15, p. 1012-1040, 03 nov. 2025. Doi: <https://doi.org/10.24302/drd.v15.5864>.

Artigo recebido em: 09/03/2025

Artigo aprovado em: 15/10/2025

Artigo publicado em: 03/11/2025

1 INTRODUÇÃO

A dinâmica produtiva de uma área pode ser identificada pela quantidade de indivíduos ocupados em determinado setor da economia. Tal dinâmica, por sua vez, costuma clarificar os rumos que o desenvolvimento regional de um recorte espacial tende a seguir. Portanto, uma análise da dinâmica produtiva de uma região é também uma abordagem de desenvolvimento regional.

Cabe, dessa forma, salientar que desenvolvimento regional consiste em um conceito de compreensão bastante ampla. Não se resume apenas à dimensão econômica, mas perpassa o bem-estar, a capacidade de lidar com o ambiente natural, bem como a emancipação dos indivíduos e a participação nas decisões que lhes afetam. Embora não ostente a posição de “panaceia”, essa área do saber pode influenciar as decisões nas mais diversas esferas da sociedade (Fonseca, 2023).

Conforme Marques de Oliveira (2015) trata-se de um fenômeno de transformação econômica, cultural, social e política. Essas transformações são questões centrais para se entender a evolução da dinâmica dos setores produtivos de uma região. As teorias de desenvolvimento regional estão próximas à posição da corrente institucionalista. As instituições resultam de um processo seletivo e adaptativo que modela os tipos prevalentes, ou dominantes, de atitudes ou aptidões (North, 1994).

O Centro-Norte corresponde a um recorte espacial que se destacou na configuração de novas dinâmicas territoriais (Alves, 2020). Para o autor, a área em estudo faz parte da nova fronteira agrícola, causando, por sua vez, novos impactos concernentes aos conflitos oriundos, sobretudo, do avanço das monoculturas e mineração.

Oliveira e Piffer (2017) realizaram uma análise espacial no Centro-Norte do Brasil, identificando, nesse recorte espacial, características produtivas específicas. Para os autores, a área pesquisada se diferencia da Amazônia Legal devido a especificidades econômicas, destacando-se como uma Região Produtiva do Agronegócio (RPA).

Nos anos iniciais da revolução verde (por volta de 1970), as plantações de soja se expandiram para a porção sudeste do Pará; inserido no território do Centro-Norte (Alves; Marques de Oliveira, 2020). Para os autores, tanto o bioma Cerrado quanto a Floresta Amazônica passaram a integrar esse novo ciclo de transformações socioeconômicas.

De acordo com Oliveira, Rodrigues e Lanza (2020) três municípios tocantinenses (Palmas, Porto Nacional e Paraíso do Tocantins) são responsáveis por impulsionar o agronegócio no Centro-Norte. Os autores observaram que os municípios citados se destacam pela presença de infraestrutura mais robusta e condições edafoclimáticas favoráveis, fatores que os deixam em destaque no recorte espacial estudado.

Ribeiro e Ferrera de Lima (2022) evidenciam o crescimento do agronegócio nos municípios do MATOPIBA, região que abrange o Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, sobrepondo, parcialmente, o Centro-Norte. Os autores destacam a presença de organizações públicas e privadas que atuam na estrutura econômica regional, gerando emprego e renda para os residentes. Silva e Alves (2024) asseveram que, para além das estatísticas nacionais, séries específicas do Tocantins (2006–2017) evidenciam a aceleração da agropecuária e seus efeitos territoriais, reforçando a pertinência do recorte regional adotado.

As contradições em relação ao avanço do agronegócio na área de estudo são visíveis. V. Alves (2020) destaca a necessidade de olhar para a criação de riquezas e desenvolvimento, efervescente nos principais municípios do Centro-Norte. Contudo, o autor também convoca para verificar os impactos socioambientais oriundos dessa nova dinâmica. Para V. Alves (2020), entre os fatores socioambientais a serem observados no recorte espacial em análise, se destaca o empobrecimento genético, sobretudo no sistema biogeográfico do Cerrado.

Ademais, Furtado e Alves (2020) destacam a presença de capital chinês atuando na reestruturação produtiva regional. Os autores evidenciam que as populações tradicionais têm sofrido impactos negativos, oriundos da relação do país asiático com a estrutura produtiva local. Ressalta-se, todavia, que os asiáticos não são os únicos interessados no solo brasileiro, tendo em vista a gama de oportunidades que o país oferece em termos de possibilidade produtiva.

Dessa forma, este trabalho possui por escopo identificar a dinâmica produtiva nos municípios do Centro-Norte do Brasil, nas primeiras décadas do Século XXI, tendo como base o emprego formal. Parte-se do aporte teórico do desenvolvimento regional e da análise regional.

Além desta introdução este trabalho possui uma seção de localização da área de estudo. Em seguida, são apresentados os materiais e métodos utilizados, os resultados do trabalho e a discussão. A última parte compreende as considerações finais.

2 LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

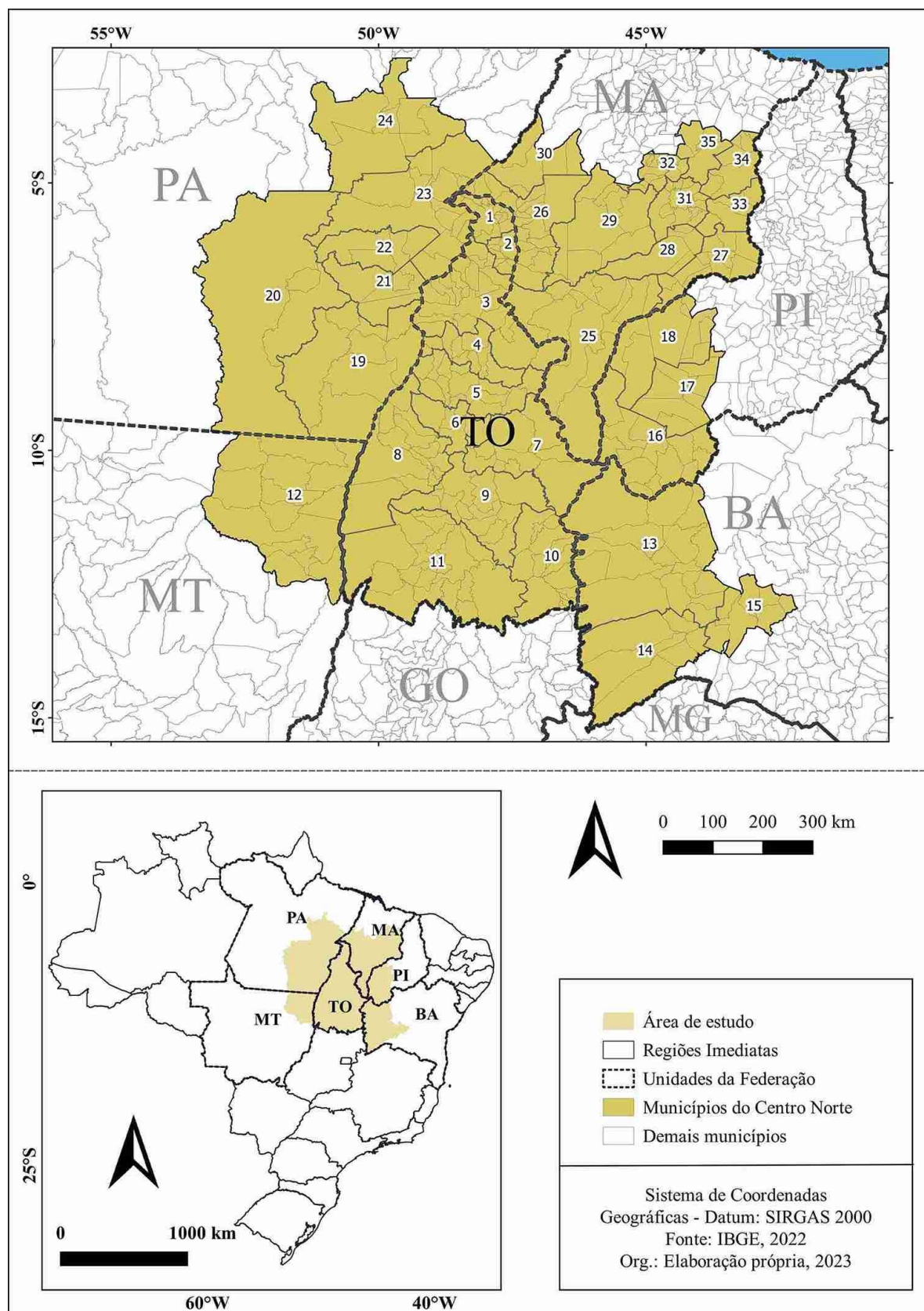
O Centro-Norte é uma nova regionalização, elaborada com o intuito de servir como plataforma para futuras políticas territoriais. Sua localização se assemelha à parte sudeste da Amazônia Legal, um recorte geográfico referente a uma extensa faixa de terra, no norte do país, de baixa densidade demográfica. Esse recorte geográfico foi proposto pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em 2008 (Brasil, 2008).

A área de estudo abrange 349 municípios, situados nos estados do Pará, Tocantins, Mato Grosso, Maranhão, Piauí e Bahia. O recorte espacial denominado Centro-Norte corresponde a uma área que engloba parcialmente três grandes regiões brasileiras: Centro-Oeste, Norte e Nordeste (Figura 1 e Tabela 1). Além disso, a área de estudo é composta por 35 regiões imediatas, conforme a nova regionalização do IBGE.

Destaca-se, nessa área, Palmas, última capital planejada no país, um dos centros econômicos e administrativo de meio porte no Centro-Norte (única capital situada neste espaço). Outros municípios, como Marabá-PA e Imperatriz-MA, também se destacam. A região é composta pelo bioma Cerrado. Trata-se de uma área de ocupação mais recente, com disparidades regionais e menor nível de renda, quando comparada com outras localidades brasileiras (Brasil, 2008). É uma área ampla, e merece a devida atenção em se tratando de estudos geoespaciais.

A área de estudo pode constituir, também, espaço para experiências e alternativas tecnológicas e socioeconômicas expressivas que apontem para soluções mais inclusivas. As bases urbanas de organização e comando devem, portanto, combinar pesquisas e ações alternativas na área de inclusão social e transformação ambiental monitorada (Brasil, 2008). No caso de municípios com baixa ocupação de residentes, há forte dependência do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), ressaltando o estado de carência socioeconômica.

Figura 1 – Delimitação aproximada do Território Centro-Norte do Brasil



Fonte: Elaboração própria, 2023

Tabela 1 – Descrição das Regiões Imediatas, Intermediária e a quantidade de municípios que compõem o Centro-Norte do Brasil

Nº	Região Geográfica Imediata	Região Geográfica Intermediária	Quantidade de Municípios	UF
1	Araguatins	Araguaína	13	TO
2	Tocantinópolis		8	
3	Araguaína		21	
4	Colinas do Tocantins		9	
5	Guaraí		14	
6	Miracema do Tocantins	Palmas	5	TO
7	Palmas		10	
8	Paraíso do Tocantins		14	
9	Porto Nacional		13	
10	Dianópolis	Gurupi	14	TO
11	Gurupi		18	
12	Confresa-Vila Rica	Barra do Garça	13	MT
13	Barreiras	Barreiras	17	BA
14	Santa Maria da Vitória		7	
15	Bom Jesus da Lapa	Guanambi	7	BA
16	Corrente-Bom Jesus	Corrente-Bom Jesus	14	PI
17	Bom Jesus		8	
18	Uruçuí	Floriano	7	PI
19	Redenção	Redenção	8	PA
20	Tucumã-São Félix do Xingu		3	
21	Xinguara		4	
22	Parauapebas	Marabá	4	PA
23	Marabá		13	
24	Tucuruí		6	
25	Balsas	Imperatriz	12	MA
26	Imperatriz		17	
27	São João dos Patos	Presidente Dutra	11	MA
28	Colinas		4	
29	Barra do Corda	Imperatriz	9	MA
30	Açailândia		5	
31	Presidente Dutra	Presidente Dutra	13	MA
32	Pedreiras	Santa Inês-Bacabal	14	MA
33	Timon	Caxias	4	MA
34	Caxias		6	
35	Codó		4	
	TOTAL		349	

Fonte: IBGE (2017).

3 MATERIAL E MÉTODOS

O levantamento baseou-se nos dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) na base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), com análise temporal, que abrange o período de 2010 e 2020. Foram selecionados os oito ramos de atividade econômica conforme Quadro 1:

Quadro 1 – Ramos de atividades econômicas conforme IBGE

SETORES ECONÔMICOS		
Primário	Secundário	Terciário
Extrativa mineral Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	Indústria de transformação Serviços industriais de utilidade pública Construção Civil	Serviços Comércio Administração pública

Fonte: MTE, 2018

Para realizar a análise regional, adotou-se o Quociente Locacional (QL), métrica consolidada na literatura (Alves, L., 2012; Lima, 2012), relacionando o pessoal ocupado nos oito ramos de atividades econômicas, conforme listado no quadro supracitado. O QL foi utilizado em decorrência de sua simplicidade e robustez. Essa métrica possibilitou verificar os padrões de concentração ou dispersão de pessoal ocupado em cada um dos ramos da economia. A notação do QL pode ser exposta da seguinte forma (Alves, L., 2012):

$$QL = (PO_{ij} \div PO_{it}) / (PO_{tj} \div PO_{tt}) \quad \text{equação (1)}$$

De forma que:

PO_{ij} = Pessoas ocupadas no município i na atividade j;

PO_{it} = Pessoas ocupadas no município i em todas as atividades;

PO_{tj} = Pessoas ocupadas no Centro-Norte na atividade j;

PO_{tt} = Pessoas ocupadas no Centro-Norte em todas as atividades.

O QL pode ser interpretado em três níveis, conforme Tabela 2:

Tabela 2 – Interpretação do QL.

Interpretação dos resultados do QL	
$QL \geq 1$	Localização significativa
$0,50 \leq QL \leq 0,99$	Localização média
$QL \leq 0,49$	Localização fraca

Fonte: Alves (2012)

A localização significativa indica especialização produtiva do ramo de atividade na unidade espacial analisada (nesse caso, o município). QL maior que a unidade pode indicar atividade básica (de exportação) na área estudada (Haddad, 1989; Alves, 2012; Eberhardt; Cardoso, 2017). Por outro lado, quando o resultado é uma localização média ou fraca, indica atividade não básica, cuja finalidade é atender a demanda local (Haddad, 1989).

Como checagem externa às bases RAIS/CAGED/IBGE utilizadas, dialoga-se com a série histórica do Tocantins em Silva e Alves, (2024), o que permite comparar tendências de especialização/diversificação municipal no período 2006–2017 com achados mais recentes. Segundo Isserman (1977), o uso do quociente é útil para abordagens direcionadas ao planejamento regional. Para o autor, apesar de questionado, o QL tem se mostrado um indicador plausível para mensurar o impacto econômico. Além de ser a métrica mais difundida na literatura, é também expressamente indicada por autoridades no assunto, tais como Isard (1960) e Douglass North, como salienta Alves (2012). Além disso, os dados do Produto Interno Bruto (PIB), coletados junto ao IBGE, foram utilizados na análise junto ao QL.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O perfil locacional dos municípios mostra a dinâmica da distribuição espacial de empregados formais neste recorte espacial. O quociente locacional mostra uma leitura da realidade econômica. O sudeste do Centro-Norte se destaca pela presença da mineradora Vale, com maior complexo de mineração do mundo em Canaã dos Carajás, no Pará. Essa área apresenta uma dinâmica peculiar, tendo em vista o impacto que gera na economia regional. Entre os dez municípios com maior quantitativo ocupado no setor da indústria extrativa mineral, seis mantiveram valores de QL significativo em 2020; Ourilândia do Norte-PA, Antônio Almeida-PI, Bandeirantes do Tocantins-TO, Parauapebas-PA, Pugmil-TO e Natividade-TO. Este último, além de permanecer com valores elevados, saltou de 8,50 para 10,47.

O município de Novo Jardim-TO apresentou uma redução no quantitativo de pessoal ocupado no setor de mineração. Esse resultado é acompanhado da redução do PIB industrial: os valores caíram de 3,6 milhões, em 2009, para 796 mil em 2019. Em 2020, este município se destacou entre os dez maiores QL para o setor dos Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP). Isso mostra o manejo do pessoal ocupado na mineração sendo realocado neste outro setor.

Morro Cabeça no Tempo-PI passou por uma alteração semelhante ao ocorrido em Novo Jardim. No caso do município piauiense, o pessoal se deslocou para o ramo da Administração Pública (QL 3,07), ocupando o quarto lugar no ranking em 2020. Tal alteração mostra a dependência que os residentes passam a ter em relação à Administração Pública, fator que significa baixo dinamismo econômico e enfraquecimento econômico local.

Elevados valores do QL em 2020 foram identificados em dois municípios: Ourilândia do Norte-PA e Natividade-TO. Ambos já possuíam valores altos em 2010; a continuidade do QL mostra a força e perenidade da mineração nesses municípios. Em Ourilândia do Norte, a Mineração Onça Puma, vinculada à Vale, realiza a extração de Níquel laterítico (Silva *et al.* 2021). Segundo os autores se trata da maior planta de produção de Ferro-níquel do Brasil e do mundo, fator que justifica os altos QL para o município, o que pode contribuir para melhor dinamismo econômico. Em Natividade, foi implantado o projeto Ouro de Natividade, que demonstrou força motriz para continuar se destacando no setor. O projeto de mineração possibilita manter bons níveis de QL com certa frequência. Conforme Radaelli (2000, p. 4), a ocupação primitiva da região decorreu da atividade extrativa de ouro no século XVIII. Ou seja, é um município cujo histórico está ligado à mineração.

Deve-se considerar, portanto, que em uma década ocorrem vários fatores responsáveis pela modificação da estrutura produtiva. Desde a criação ou o abandono de políticas públicas com metas voltadas ao desenvolvimento regional, até mesmo a alterações na dinâmica de empresas que aproveitam as vantagens competitivas, como incentivos fiscais e doações de terrenos para a instalação e fixação nesses municípios.

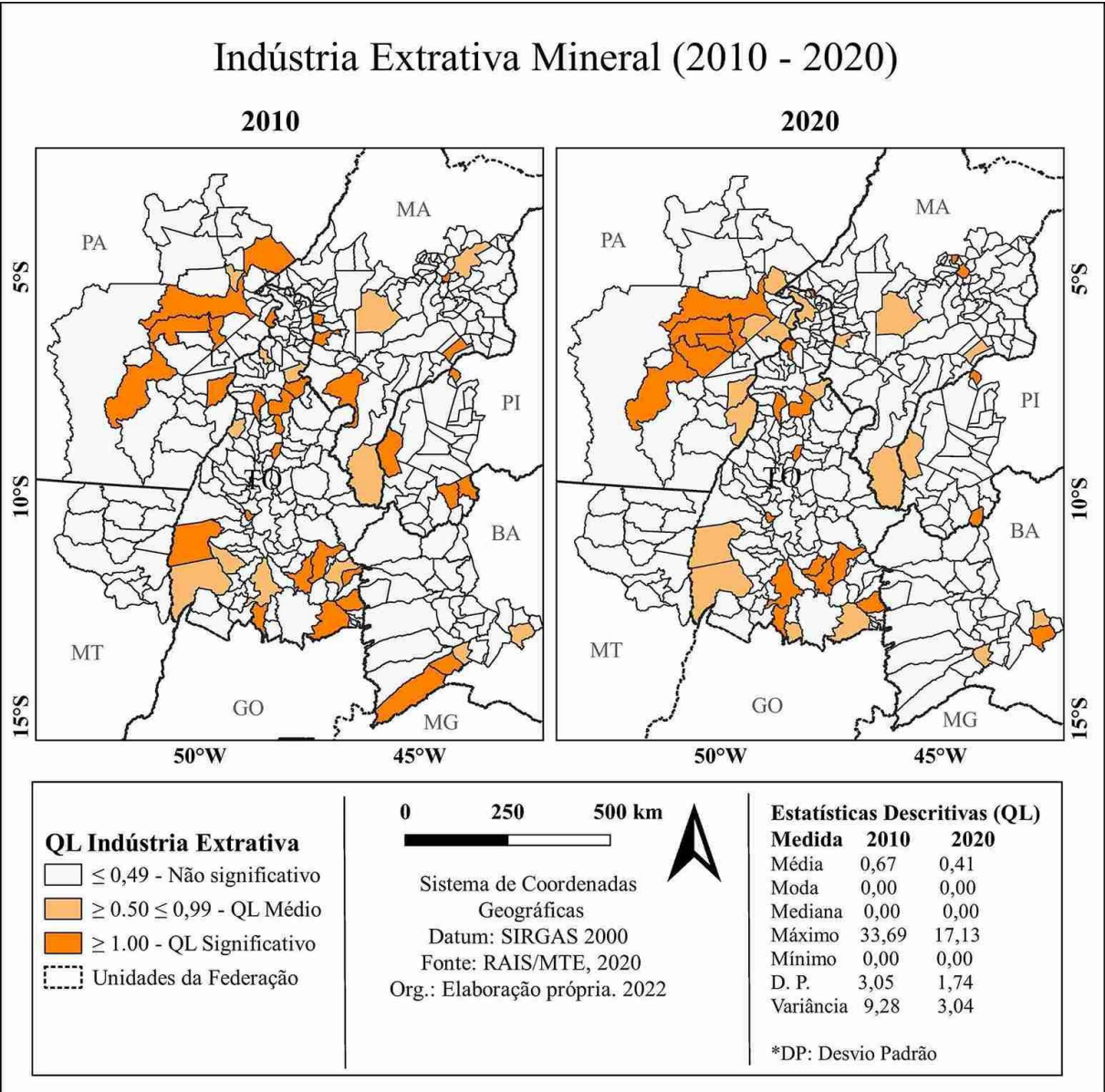
Parauapebas-PA foi disposto na sétima posição para o QL de indústria extrativa mineral em 2010 (com valor de 11,40) e oitava posição em 2020 (valor de 6,51). Diferente do ocorrido em Novo Jardim e Morro Cabeça no Tempo, que tiveram sua posição alterada no ranking do QL para esse segmento, Parauapebas mostrou-se firme, em se tratando de pessoal ocupado no setor (Figura 2).

Em 2020, se destaca ainda ao núcleo no sudeste do Pará. Neste estado, Marabá, Parauapebas, Curionópolis, Canaã dos Carajás, Água Azul do Norte e Ourilândia do Norte formam um pequeno cluster. Nesse caso, observa-se a necessidade de maior investimento em infraestrutura logística, bem como no fortalecimento das instituições, como proposto por North (1977), com vista ao melhor aproveitamento dos resultados econômicos oriundos da presença desta atividade econômica.

Além da área supracitada, em se tratando de extração mineral, foram identificados naquele ano uma área em evidência na porção sul do Tocantins (Figura 2). Os municípios de Jaú do Tocantins e Peixe, além de Almas, Natividade e Chapada da Natividade, demonstraram maior dinamismo no setor. Apesar da presença desta atividade econômica, o sul tocaninense é constituído, em sua maioria, de municípios que apresentam fortes necessidades de crescimento econômico e social, tendo em vista seu histórico territorial, já que pertenciam ao norte de Goiás.

No caso dos municípios paraenses, considera-se a presença da Estrada de Ferro Carajás (EFC), que faz a rota desde a mina de Carajás até o Porto de Ponta da Madeira, em São Luís-MA. A estrada de ferro é comandada pela Vale, e, corresponde a um dos maiores trens de carga em operação no mundo. Dada a importância da EFC, e sua integração com a Ferrovia Norte Sul (FNS), em Açailândia-MA, torna-se um instrumento técnico do mercado mundial (Castilho; Arrais, 2017). Rodrigues e Hazeu (2019) contribui para este debate ao evidenciar que tais empreendimento, embora prometam integração e competitividade, produzem riscos e vulnerabilidades, inclusive desastres, que recaem de forma desigual sobre populações e ecossistemas, exigindo novos arranjos territoriais e instrumentos de gestão que transcendam o enfoque puramente econômico.

Figura 2 – QL no setor da Indústria Extrativa Mineral no Centro-Norte (2010–2020)



Fonte: Elaboração própria, 2022

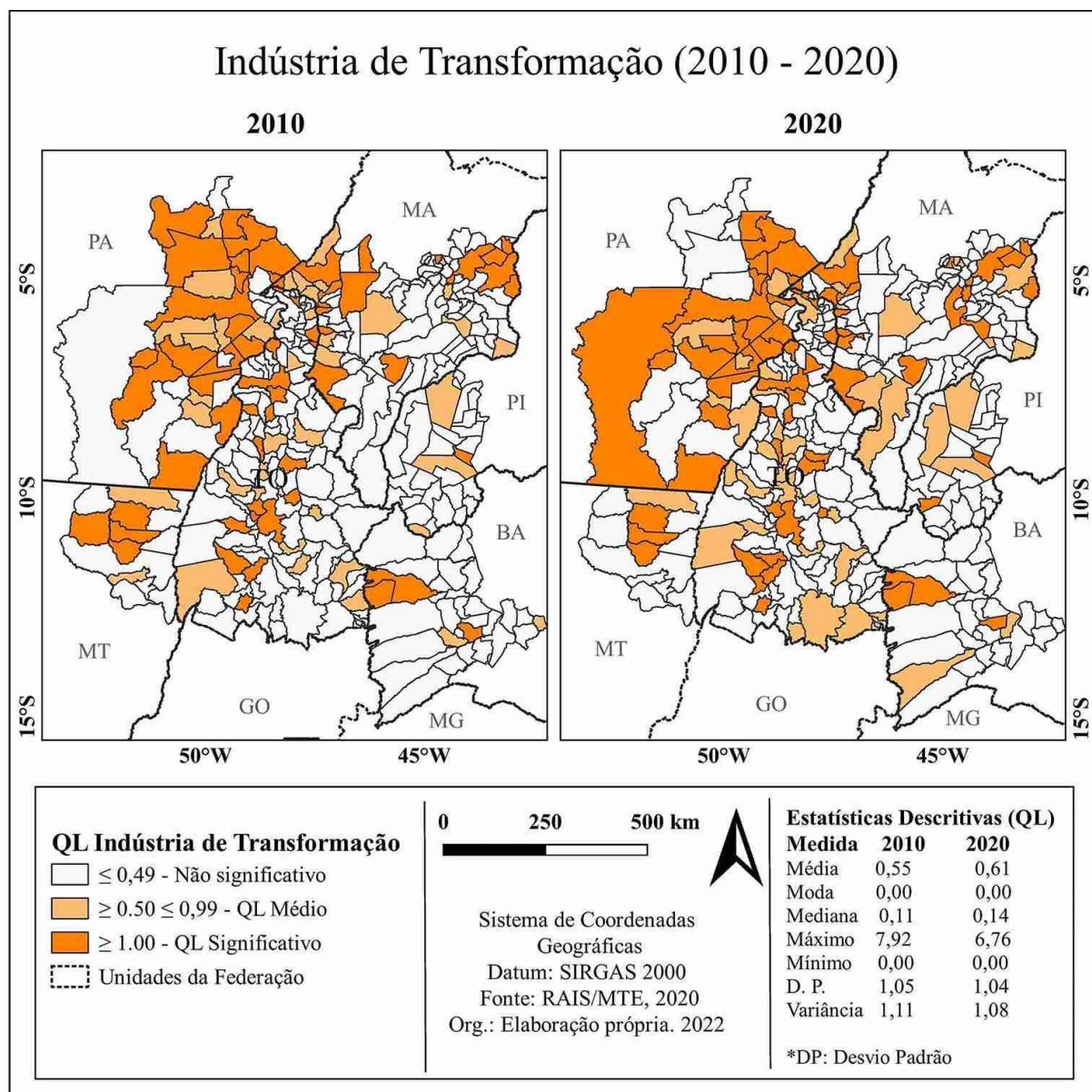
Os resultados do quociente locacional para a indústria de transformação evidenciam a presença do Pará neste ramo de atividade. Tanto em 2010 quanto em 2020 observou-se valores significativos (Figura 3). Entre Ourilândia do Norte e Pacajá ocorrem vários municípios com QL significativo, destacando Marabá, em decorrência de concentrar a maior população.

Porto Nacional, Gurupi e Araguaína, os três principais municípios de Tocantins, destacaram-se no QL significativo para esse ramo de atividade. Nos anos de 2010 e 2020, os municípios tocantinenses mencionados aqui demonstraram-se dinâmicos nesse setor. Tal resultado apresenta o protagonismo deste estado na dinâmica socioeconômica do Centro-Norte.

Dois municípios merecem destaque para este ramo de atividade: Aldeias Altas-MA e São Raimundo das Mangabeiras-AM. Ambos mantiveram QL significativo tanto em 2010 quanto em 2020, mostrando especialização produtiva no setor. Este resultado está de acordo

com o achado de Dörner e Ferrera de Lima (2015) que identificaram forte presença do setor nesses dois municípios. Os autores verificaram a presença da empresa TG Agroindustrial em Aldeias Altas, iniciando suas atividades em 2006 e atuando como principal empregador no ramo da indústria de transformação. Observaram também, em São Raimundo das Mangabeiras, que a empresa Agro Pecuária Serra Grande Ltda marca a presença do setor.

Figura 3 – QL no setor da Indústria de Transformação no Centro-Norte (2010-2020)



Fonte: Elaboração própria, 2022

Observando a Figura 3, fica evidente que a dinâmica de cada município neste ramo de atividade é peculiar, exigindo uma investigação mais robusta, que possibilite compreender “de perto” os fatores relacionando com a presença de indústrias de transformação em cada município.

Dadas as características do QL, entende-se que um município pode ter um valor alto para determinado setor e ainda assim carecer de investimentos que possibilitem criar desenvolvimento. Nota-se que, em 2020, os municípios ocuparam outras posições no ranking do QL da indústria de transformação. Pedro Afonso, Alvorada e Nova Olinda, em Tocantins, e Água Azul do Norte, no Pará, foram as únicas municipalidades que obtiveram resultado positivo entre 2010 e 2020. Nesse caso, o município demonstrou continuidade na contratação de pessoal para o setor.

Pedro Afonso-TO é detentor da maior usina sucroalcooleira da região norte do país, a usina do setor sucroenergético da Bunge Açúcar e Bioenergia (Silva, 2022). O autor identificou especialização produtiva, no ramo da indústria de transformação. Esse fator endossa o achado neste trabalho, posto que destaca em sua dinâmica, em múltiplas escalas de análise.

Na última década, São Félix do Xingu-PA apresentou QL significativo (1,23) evidenciando a forte presença dos municípios paraenses. Na porção NE do Centro-Norte, destacam-se os municípios maranhenses Aldeias Altas, Codó, Coelho Neto, Timon, Caxias (somente em 2010) e Dom Pedro. Nessa mesma área, exclusivamente em 2020, se destacaram Presidente Dutra, Tuntum e Colinas, também maranhenses.

Em Presidente Dutra se localizam os *campi* do Instituto Estadual do Maranhão (IEMA) e do Instituto Federal do Maranhão (IFMA), confirmando a hipótese proposta por North (1977), que apresenta a necessidade das instituições para promover o desenvolvimento. Embora haja objeções e críticas em relação à presença de instituições e seu nexos com o desenvolvimento, cabe destacar que na maioria dos municípios com bom dinamismo econômico há instituições de ensino.

Na porção Sudeste da Bahia, Luís Eduardo Magalhães e Barreiras mantiveram valores de QL significativo (em 2010 e 2020). Essa área possui forte presença do agronegócio, por isso a dinâmica é específica em se tratando de indústria de transformação. Ainda na Bahia, Santana apresentou QL acima de 1,0 somente em 2010 e Serra Dourada, somente em 2020. De acordo com Santos e Oliveira (2021) apesar do oeste baiano avançar em termos do agronegócio, as desigualdades socioeconômicas são visíveis nesses municípios. Feitosa, Lemos e Campos (2020) realizaram estudos sobre esta região na viabilidade de produção de soja de forma sustentável e integrado ao sistema produtivo na produção de *commodities*.

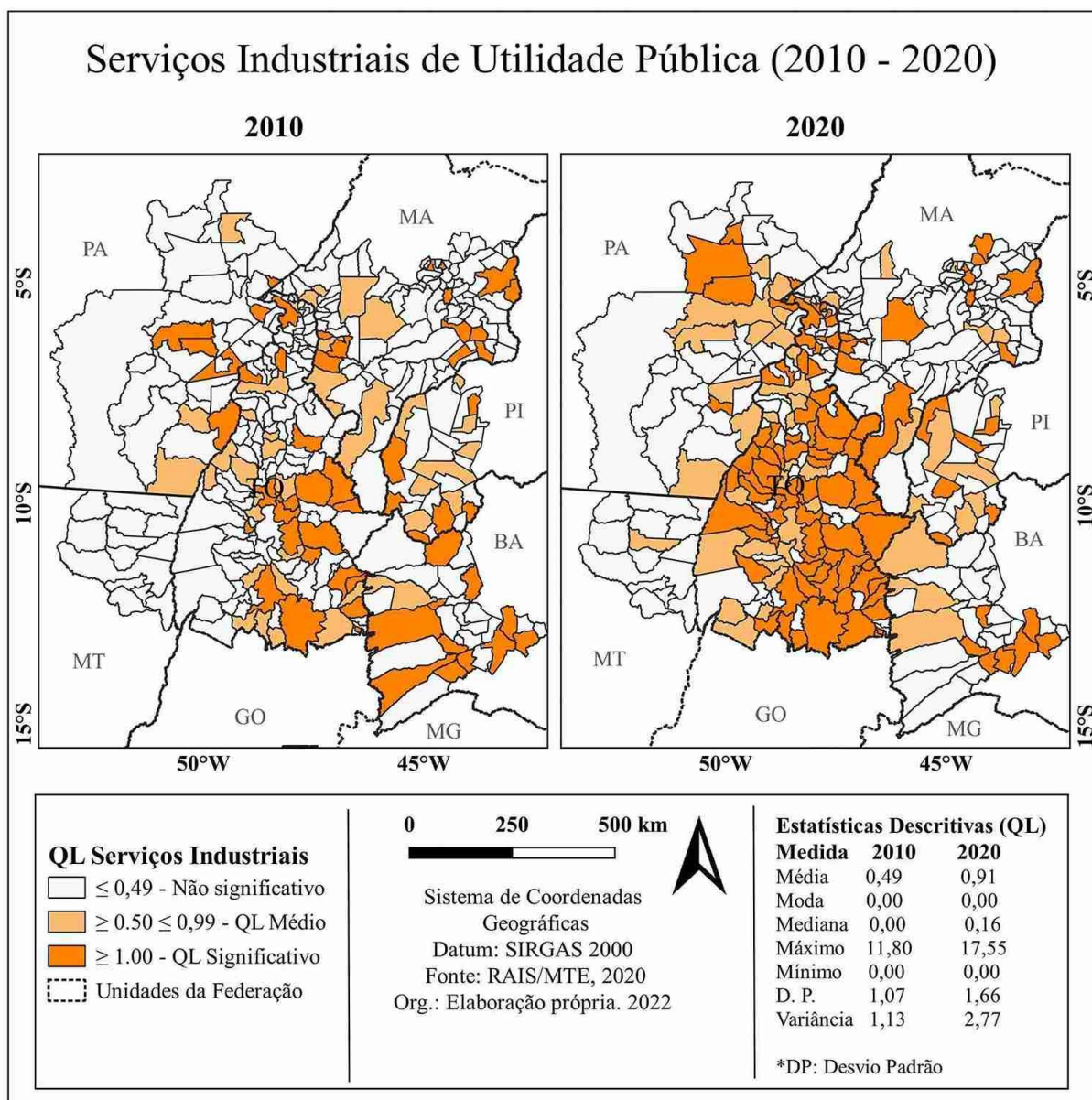
Conforme Santos e Oliveira (2021), Barreiras e Luís Eduardo Magalhães são consideradas cidades do agronegócio, título cuja origem reside no interesse do capital estrangeiro e a respectiva mão do Estado brasileiro, por meio do Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER II), com enfoque no cultivo da soja. Sendo assim, nota-se que não ocorreu desenvolvimento endógeno naquela porção territorial, mas uma inserção externa de capital, alterando a dinâmica socioeconômica local.

Os Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP) tiveram uma ampla alavancagem no período estudado (Figura 4). Em 2010 destacaram-se municipalidades com estrutura econômica mais desenvolvida, como, por exemplo, Parauapebas e Canaã dos Carajás (no Pará), Palmas e Dianópolis (no Tocantins), além de outros municípios de menor peso e, na Bahia, São Desidério, potência do agronegócio regional no estado.

O destaque para os municípios supracitados se dá pelo fato de os SIUP estarem relacionados com as demandas específicas dos residentes. Ou seja, os municípios com maior

empregabilidade e diversificação dessa mão de obra exigiram internet e outros serviços que se desencadeiam nessas situações.

Figura 4 – QL no setor dos Serviços Industriais de Utilidade Pública no Centro-Norte (2010-2020)



Fonte: Elaboração própria, 2022

Para o ano de 2020, observa-se um excesso de municípios com QL significativo. Esse resultado pode estar relacionado à Pandemia de COVID-19, que exigiu, por sua vez, ampliação da infraestrutura de serviços de *delivery* (entregas a domicílio).

Entre os municípios com os dez maiores valores de QL em 2010, somente dois apresentaram valor não significativo em 2020 (Bertolínia-PI e Igarapé Grande-MA). Cabe ressaltar, todavia, que o valor obtido na referida métrica foi muito próximo de 1,0 no caso de Bertolínia. Para o município maranhense o QL foi 0,6.

Aproximadamente 85% dos municípios que obtiveram QL significativo em 2020 pertencem ao Tocantins. Destaca-se, na referida Unidade da Federação, as municipalidades da porção central e do sul. Além destes, alguns municípios do Bico do Papagaio, Araguatins (QL 2,01 em 2020) e Esperantina (QL 1,26).

A área conhecida por Bico do Papagaio, atual Região Geográfica Imediata de Araguatins, possui histórico de pobreza e forte desigualdade socioeconômica (Marques de Oliveira; Strassburg, 2014). Portanto, valores significativos de QL para SIUP nesse território chamam atenção, posto que esse ramo de atividade tende a refletir melhorias econômicas em outros setores.

Os municípios paraenses do Centro-Norte com QL significativo em 2020 foram Tucuruí, Novo Repartimento, Abel Figueiredo e Pau D'arco. Na porção maranhense, destacam-se Caxias e Timon, com valor significativo desta métrica para 2010 e 2020. No caso destes municípios deve-se considerar a proximidade com Teresina, capital piauiense. Além disso, a presença da Rodovia BR 316 torna esses municípios mais dinâmicos em termos econômicos.

Os municípios baianos de São Desidério, Santa Maria da Vitória e Jaborandi se destacaram com QL significativo. Além desses, Bom Jesus da Lapa foi o município que manteve QL acima de 1,0 tanto em 2010 quanto em 2020. Isso mostra a dinâmica econômica constante do território estudado.

Cabe destacar que Bom Jesus da Lapa é um município com economia dependente, em sua maioria, do turismo e atividades correlatas (hotelaria). Nesse sentido, os serviços industriais de utilidade pública agregam grande importância para a circulação de capital no município. Conforme Almeida e Pinto (2017) a cidade se destaca pela presença do turismo religioso, o que evidencia o achado neste trabalho, tendo em vista a forte presença dos SIUP no referido recorte espacial.

Além da presença da BR 349, que possibilita a movimentação entre Goiás e Bahia, permitindo acesso ao município, Bom Jesus da Lapa conta também com duas importantes rodovias estaduais (BA 160 e BA 430), que permitem a chegada de turistas do interior do estado, de Minas Gerais e de outras unidades da federação.

Em 2020, aumentou quantidade de municípios tocantinenses que obtiveram QL significativo. Uma vez que os dados são coletados no fim do ano, essa constatação pode estar ligada a presença dos residentes em suas casas, devido à Pandemia supracitada. O que, em nosso entender, proporcionou que houvesse maior intensificação dos SIUP. Considerando que muitas pessoas passaram a trabalhar em *home office* (modalidade que exige internet com velocidade de transmissão apropriada).

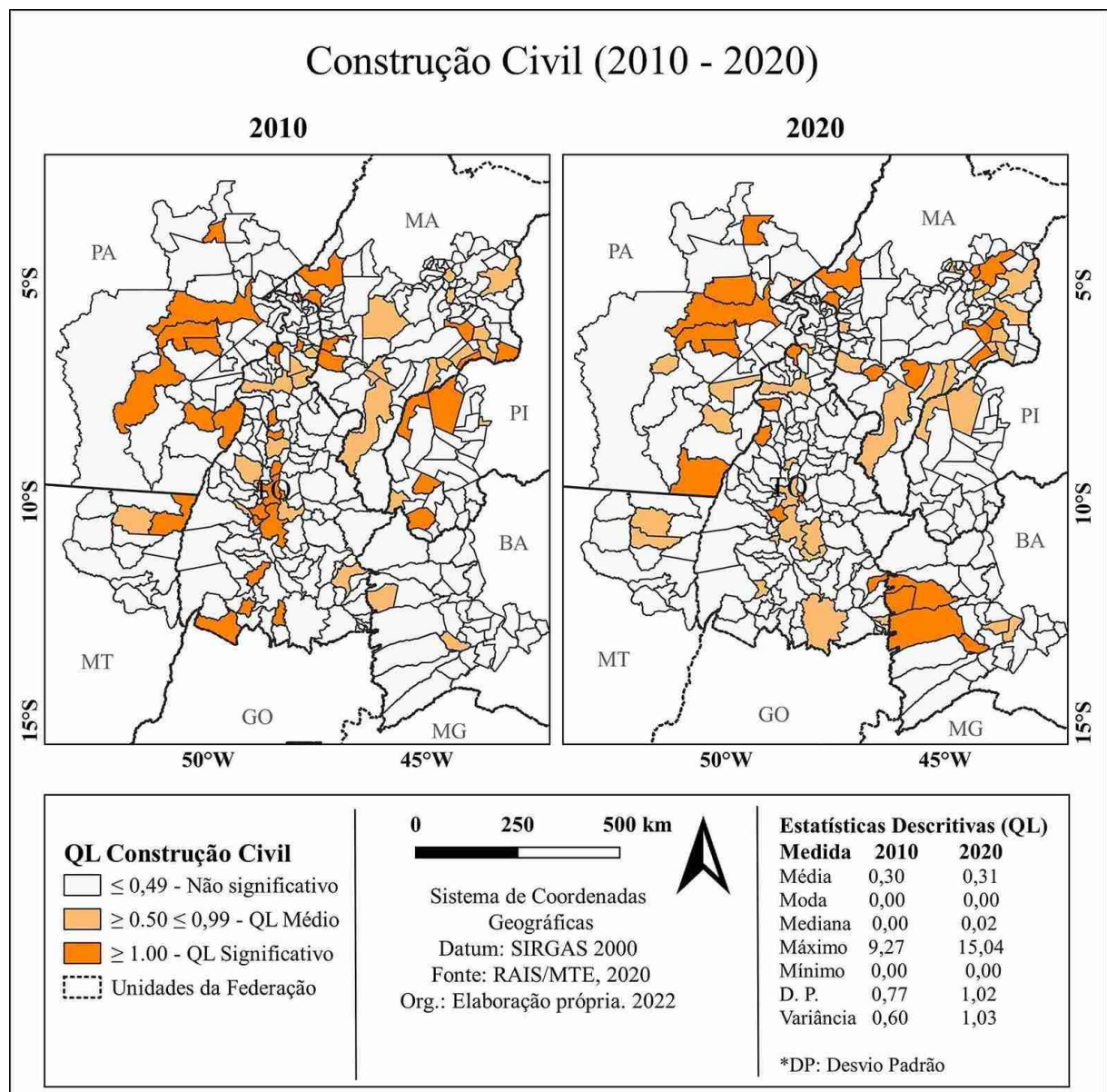
No Pará, em 2020, destacaram-se os municípios de Itupiranga e Novo Repartimento. Esses municípios possuem características bastante específicas; situados na rodovia federal BR 230 (no eixo Marabá x Altamira) e proximidade com a barragem de Tucuruí. Apesar da má qualidade das estradas, ainda assim situam-se em território movimentado.

Nota-se, dessa forma, que os SIUP obtiveram os melhores desempenhos em sua maioria nos municípios tocantinenses do Centro-Norte e na porção paraense, incluindo algumas áreas menores nas demais unidades da federação da área de estudo. Cabe, ainda, destacar que Marabá-PA, Parauapebas-PA e Porto Nacional-TO demonstraram QL médio em 2020,

resultado diferente da expectativa, uma vez que são municípios com elevado dinamismo econômico se comparados com outros da área de estudo.

O setor da Construção Civil, tanto em 2010 quanto em 2020, mostrou-se disperso no território estudado (Figura 5). Este setor deve ser visto com cautela, devido à provável defasagem entre os dados informados na RAIS e o quantitativo real: muitos autônomos optam por trabalhar na informalidade, por isso não constam nos dados oficiais.

Figura 5 – QL no setor da Construção Civil no Centro-Norte (2010-2020)



Fonte: Elaboração própria, 2022

E ainda, como mencionado, a despeito de apresentar QL significativo e crescente para os municípios nas duas décadas analisadas, consideram-se aqueles trabalhadores informais, cujo quantitativo não consta no banco de dados do Ministério do Trabalho. Nos demais

municípios, os resultados declinaram. Cabe, porém, a mesma observação supracitada em se tratando do número de ocupados neste setor.

Marabá, embora não se destaque em 2010, figura entre os dez municípios com os maiores valores deste índice em 2020, obteve QL 2,13. O resultado aponta a dinâmica deste município no Centro-Norte, tendo em vista sua localização estratégica, no entroncamento entre Tocantins e Maranhão. Ademais, a presença da rodovia PA 150, que dá acesso à capital paraense, e a BR 230, que dá acesso a Altamira e Santarém, podem influenciar o dinamismo econômico local.

No território maranhense, dois municípios ganham destaque em se tratando de QL para CCIVIL, Imperatriz e Açailândia. O primeiro, com valores significativos em 2010 e 2020 (respectivamente 1,15 e 1,21), o que mostra a intensificação das atividades de construção neste recorte espacial. O segundo apresentou os valores de 1,27 em 2010 e 1,69 em 2020, o que pode estar associado à presença da rodovia federal BR 010, que possibilita acesso a Belém, capital paraense.

Os municípios que se destacaram neste setor pertencem ao estado do Pará, e possuem dinâmica econômica específica, inclusive, em áreas com forte presença da mineração (Melo; Cardoso, 2016). A proximidade com a Serra dos Carajás oferece a esses municípios um aspecto peculiar, possibilitando a dinamização econômica de forma bastante distinta do que ocorre em outras áreas da região Norte. De acordo com Melo e Cardoso (2016) a malha urbana de Parauapebas aumentou mais de dez vezes desde a sua criação. Este fator demonstra a forte presença de mão de obra ocupada no setor da construção civil.

Imperatriz e Açailândia são dois municípios dinâmicos no estado do Maranhão, tendo em vista a sua localização privilegiada, entre outros fatores, pela presença de rodovias importantes (BR 010 e BR 222). Além disso, a presença da empresa Suzano S.A., em Imperatriz, deu ao município um “ar” de industrializado (Pantoja; Pereira, 2019). Por outro lado, Açailândia enquadra-se nos projetos de modernização da Amazônia, propostos nos anos de 1970 (Mancini; Carneiro, 2018). Os autores criticam a maneira que se pensou o desenvolvimento neste município, uma vez que, em linhas gerais, o retorno financeiro acabou por não criar desenvolvimento endógeno. Apesar do fracasso destas tentativas de implementar desenvolvimento no referido território, cabe destacar a importância de tais iniciativas e seu reflexo na construção civil nas décadas seguintes.

No Tocantins, somente dois municípios, localizados em diferentes regiões do estado, mantiveram valores significativos de QL nos dois períodos estudados: Paraíso do Tocantins (1,18 e 1,36), na porção central, próximo da capital, e Xambioá (1,0 e 1,47), ao norte.

Entre os municípios baianos nota-se que o setor se apresentou em ascensão somente em 2020. Barreira (1,17), Luís Eduardo Magalhães (1,03), São Desidério (1,07) e Santa Maria da Vitória (1,30) apresentaram QL significativo, sugerindo melhor movimentação econômica nestes municípios quando comparados com a década anterior. A proximidade com Dianópolis, no Tocantins, pode ter contribuído para a movimentação econômica destes municípios, uma vez que esse recorte espacial, envolvendo TO, BA e GO pode corroborar com a oferta de trabalho e renda regional, devido à presença de vários projetos de desenvolvimento (Vergara; Fonseca; Marques de Oliveira, 2020).

Dadas as características deste setor, cabe destacar a necessidade de diversificar a economia regional, de forma que haja avanços significativos em várias frentes. Entre elas, a construção civil, que na maioria das vezes é fruto da prosperidade local, posto que representa crescimento urbano, e pode representar ainda distribuição de renda, tendo em vista o impacto em outros setores, tais como comércio.

No ramo do comércio ocorreu melhor distribuição espacial (Figura 6). Municípios com maior desenvoltura econômica e, em alguns casos, maior população (ou as duas coisas), apresentaram melhor desempenho no QL.

Marabá, Tucumã, Jacundá e Xinguara tiveram valores significativos tanto em 2010 quanto em 2020, destacando-se entre as municipalidades paraenses. O primeiro município, devido a sua localização estratégica e seu resultado em outros ramos da economia, que também pode estar relacionado com o comércio, apresentou, respectivamente, 1,35 e 1,27 nos anos citados. Diferentemente de Marabá, cujo resultado se manteve crescente, Tucumã apresentou QL de 1,68 e 1,47 nos respectivos anos.

Jacundá, município com a segunda maior população entre os quatro supracitados, obteve valores significativos em ambos os anos (1,01 e 1,12, na sequência dos anos mencionados). Xinguara, cuja economia está ligada à agropecuária, obteve os respectivos valores de 1,14 e 1,13. Embora sejam valores descendentes, mostram que o município se insere numa dinâmica constante, em se tratando deste ramo da economia (Pereira Junior; Santos, 2016).

De acordo com Pereira Junior e Santos (2016) Xinguara surge do Plano de Integração Nacional, ainda na década de 1970, e sua história está ligada a construção da rodovia PA 279. Além disso, os autores reforçam a ligação do município com a pecuária desde a sua gênese. Ademais, a proximidade de Xinguara com Marabá confere ao município uma dinâmica própria.

Entre os dez municípios com maiores QL para o setor do comércio, se destaca Santa Filomena do Maranhão com maior valor em 2010, e Davinópolis (2,82), maior QL de 2020. O quinto maior valor de QL para 2020 no Centro-Norte foi conferido ao município de Pedreiras-MA (2,11), que obteve o valor de 1,84, para a referida métrica em 2010, mostrando o seu crescimento nesse ramo da economia.

A redução nos valores do QL entre os municípios apresentados pode estar relacionada com mudanças de paradigma regional, ou seja, alterações na presença de residentes, problemas de envelhecimento populacional, imigrações. Eles podem ter sido motivados a se dirigir a outros locais em busca de oportunidades profissionais ou até mesmo na busca de capacitação, alterando, de certa forma, a dinâmica do comércio local.

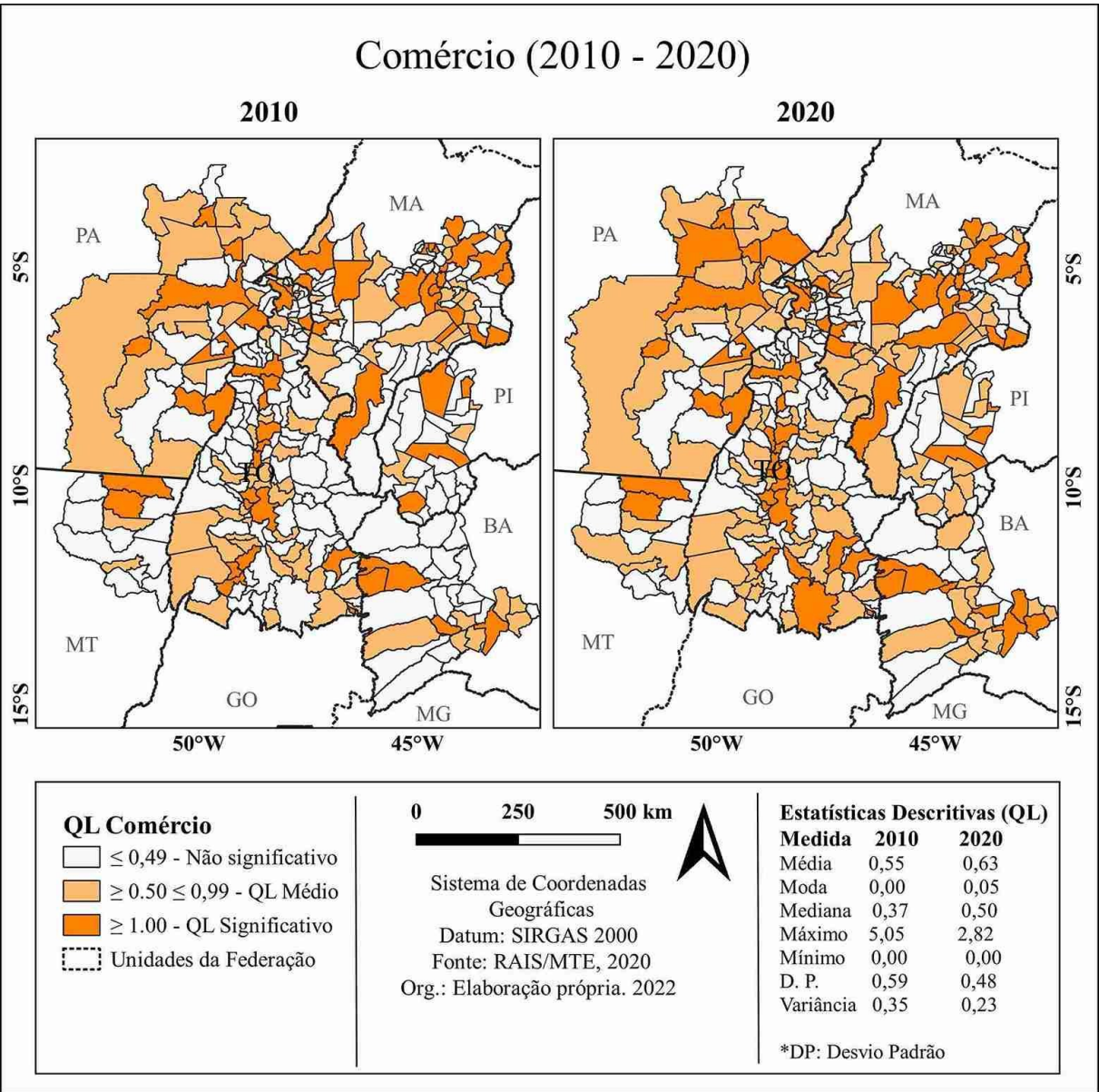
Bertolínia se destacou na porção piauiense. Demonstrou especialização produtiva nos setores do comércio e SIUP em 2010. Todavia, perdeu força em 2020, retomando a dependência da administração pública. Essa alteração no perfil locacional de Bertolínia está relacionada com os efeitos da COVID-19, uma vez que os setores que se destacaram foram justamente os mais afetados pela pandemia.

O setor de serviços mostrou-se bem distribuído: em 2010 havia 47 municípios (13,47% do) com QL igual ou maior que 1,0 e, para 2020 ocorreram somente 27 (7,7%) nas mesmas condições de QL (Figura 7). Nota-se que municípios com elevados QL para Administração Pública detêm menores valores de PIB Total. Os municípios mato-grossenses Vila Rica e

Confresa figuraram com valores de QL acima de 1,0 nos dois períodos estudados. Localizados na porção NE do estado, são marcados pela presença da rodovia BR 158 para acessar a capital do estado (ao sul) e o Pará (ao norte). Cabe destacar que Confresa possui características de cidade pequena, embora seja mencionada como cidade-polo em relação aos municípios de seu entorno, dada a sua dinâmica peculiar (Gawenda, 2014).

O agronegócio constitui uma das principais receitas do Mato Grosso, o estado possui ampla produção de grãos, sobretudo da soja (Giaretta; Silva, 2017). Alguns municípios aproveitam-se da localização privilegiada: no caso de Confresa, mesmo não integrando o eixo Cuiabá x Santarém, a rodovia BR 158 colabora para a dinâmica do comércio no município.

Figura 6 – QL no setor do Comércio no Centro-Norte (2010-2020)



Fonte: Elaboração própria, 2022

No território tocaninense destacaram Gurupi (1,56), Porto Nacional (1,10) e Araguaína (1,72) com valores expressivos para o indicador em 2010. Na década seguinte, somente um dos três apresentados, não demonstrou valores acima de 1,0 para o QL (Araguaína, QL 0,6). Contudo, dentre os três, Gurupi (1,65) se destacou com maior valor da métrica em 2020, seguido de Porto Nacional (1,29). Os três mencionados fazem parte do eixo da rodovia BR 153, uma área que se destaca em termos de crescimento econômico (Marques de Oliveira; Piffer, 2018). Fora deste eixo se destaca Dianópolis, que vêm ganhando destaque devido a sua dinâmica característica na porção sul. Apesar de não estar entre os 10 maiores QL para o setor do comércio, mostrou bom desempenho em 2020 (QL 1,43).

Na porção baiana, podem ser destacados três municípios com valor de QL significativo nos anos estudados. Luís Eduardo Magalhães (1,74), Barreiras (1,67) e Bom Jesus da Lapa (1,51) para 2010, demonstrando que o setor possuiu dinamismo. Nota-se uma redução nos scores do QL em todos os três municípios. A dinâmica em questão tende a ser influenciada pela localidade (Barreiras e Luís Eduardo Magalhães), uma vez que se situam no entroncamento entre Bahia, Goiás e Tocantins. Apesar da malha rodoviária contribuir para a presença do comércio na região, é preciso destacar a presença de Dianópolis-TO, não muito distante (Vergara; Fonseca; Marques de Oliveira, 2020).

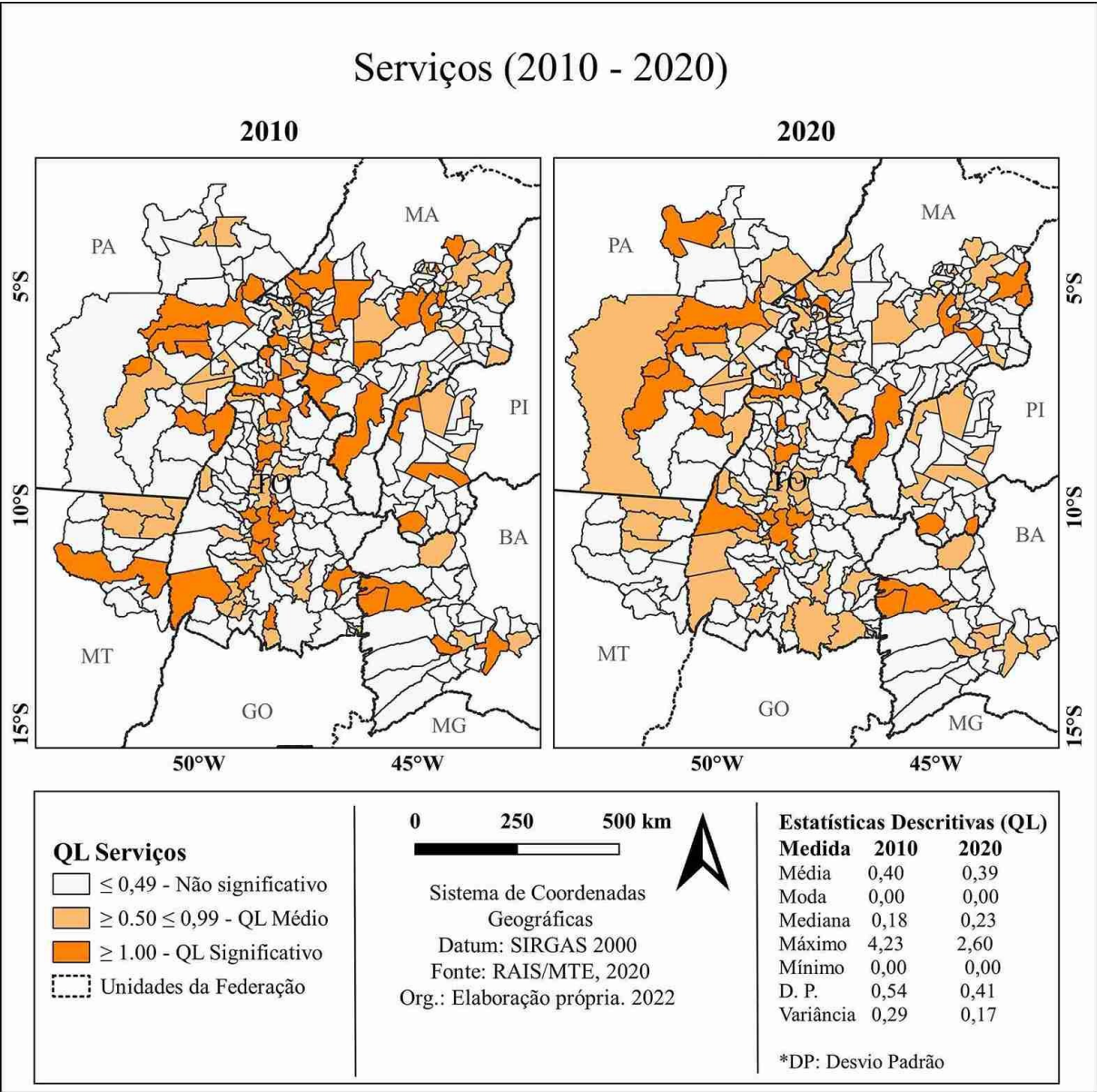
Por outro lado, Bom Jesus da Lapa-BA apresenta uma relação de comércio peculiar: possui atividade turística que lhe agrega valor, puxando para cima o QL do ramo do comércio. Um dos principais fatores que alavancam o comércio se dá junto aos romeiros que visitam a cidade (Almeida; Alves, 2012).

A redução dos valores do QL para este setor evidencia que o Centro-Norte está na contramão da tendência econômica na atualidade, já que as circunstâncias atuais deveriam proporcionar o aumento no quadro de indivíduos na prestação serviços e redução naquelas atividades consideradas primárias (Agropecuária, Mineração, por exemplo). Segundo Lacerda e Almeida (2019), com maior presença das pessoas em áreas urbanas, as atividades dos ramos da indústria e agropecuária tenderia a ocupar menor quantitativo de mão de obra. Por isso, o resultado ora encontrado diverge das tendências globais. Para Santos (2020), o que se observa na região é o aumento das desigualdades entre os municípios.

Tendo em vista as características do ramo de atividade, os serviços tendem a se mostrar mais consistentes em centros urbanos maiores. Na área de estudo, caracterizada por municípios com baixa densidade demográfica em sua maioria, destacam-se alguns centros urbanos. São eles que possuem maior presença de áreas de atuação profissional, incluindo, nesse caso, as múltiplas nuances das Tecnologias da Informação (Lacerda; Almeida, 2019).

Este resultado corrobora o apresentado por Lacerda e Almeida (2019), considerando que os municípios que possuem maior contingente populacional se destacaram com valores de QL significativo para este ramo de atividade nos dois períodos analisados. Embora não estejam entre os dez maiores valores dessa métrica em 2010 e nem mesmo em 2020 (com exceção de Araguaína-TO), os municípios com maior população se destacaram. Das municipalidades com os maiores QL em 2010, somente três mantiveram boa posição na década seguinte. Trata-se de locais cuja dinâmica produtiva noutros setores chama atenção: Barreiras-BA, Araguaína-TO e Imperatriz-MA. Os três se destacaram no *ranking* do PIB Serviços para o ano de 2019.

Figura 7 – QL no setor de Serviços no Centro-Norte (2010-2020)



Fonte: Elaboração própria, 2022

Montes Altos, no Maranhão, obteve melhor desempenho do indicador somente em 2010. Na década seguinte, porém, não chegou a apresentar valor significativo para QL. Com população inferior a 10.000 habitantes, o município maranhense perdeu o dinamismo econômico do terceiro setor em 2020. Além de Araguaína, outros quatro também se destacaram no Tocantins para o setor de serviços. Apesar de o estado ser um território marcado por cidades com população inferior a dez mil habitantes, excetuando-se a capital e outras com melhor desempenho na hierarquia urbana.

Palmas (1,20), Gurupi (1,64), Porto Nacional (1,36) e Araguaína (1,88) evidenciaram os forte presença no ramo de atividade de serviços no Tocantins em 2010. Estes são considerados os principais municípios do estado, considerando tanto sua localização privilegiada quanto a característica polarizadora, em se tratando de hierarquia urbana. A capital tocaninense, como esperado, demonstrou desempenho significativo para o QL nos dois anos

estudado. Em 2020, apresentou valor de 1,25 para esta métrica. Esta mudança para cima evidencia que a capital continua dinâmica em termos de oferecer serviços dos mais diversos, considerando apenas o quantitativo formal. Entre outros fatores que implicam a oferta de serviços em Palmas está a presença das instituições, do Governo do estado, bem como aquelas do eixo educacional e do setor bancário, movendo para cima o ramo de atividade em apreço.

Porto Nacional também desfruta de algumas vantagens locais, entre elas a presença de instituições de ensino (Universidade Federal do Tocantins e Instituto Federal do Tocantins), bem como outras entidades que fortalecem o ramo dos serviços. Em 2020, o valor do QL para esta municipalidade foi de 1,28. Este valor, superior ao encontrado na capital tocaninense, mostra a força do município neste setor de atividade no Centro-Norte.

Gurupi, na porção sul do estado, possui uma função própria em termos econômicos, obteve QL de 1,56 em 2020, resultado que evidencia a força desta municipalidade no referido estado. Estudo realizado por Fonseca *et al.* (2021) mostrou a presença marcante de Gurupi na região intermediária homônima. Os autores destacaram o setor de serviços, que fortalece a economia na porção sul do Tocantins.

Por outro lado, Araguaína, que ocupa o espaço norte do Tocantins, figurando como uma capital regional naquela porção do território, obteve QL significativo em 2020, chegando a 1,92, valor superior ao obtido na década pretérita. Por isso, cabe destacar a relação com o proposto por Lacerda e Almeida (2019), uma vez que este é um dos municípios mais populosos.

Na Bahia destacaram-se Luís Eduardo Magalhães e Barreiras, e no Pará, Marabá e Parauapebas. A centralidade de Marabá é visível, dadas as características do município e sua localização privilegiada. Já em Parauapebas o setor de serviços, pode estar relacionado à resposta do multiplicador de emprego do setor da mineração (Piffer, 2012), presente no território do município e em áreas circunvizinhas.

Os dois municípios baianos supracitados também seguem a lógica do multiplicador do emprego. Por serem dinâmicos em outros setores econômicos, e devido às mudanças constantes em se tratando de avanços tecnológicos, os serviços acabam se beneficiando dessas situações. A presença forte da agropecuária possibilita avançar no ramo dos serviços, de forma que os municípios se desenvolvem no setor apresentado. Cabe destacar que os setores de comércio e serviços são característicos das áreas urbanas, portanto descrevem, em certa medida, a presença de urbanização nos municípios mais dinâmicos para este setor.

O setor de comércio mostrou-se mais forte em relação aos serviços. Apesar de marcar presença em boa parte, o comércio reflete, em certa medida, a presença de outros ramos de atividade mais básicos, como a agropecuária, por exemplo. O fato de Marabá-PA, Araguaína e Porto Nacional-TO, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães-BA demonstrarem valores significativos sustenta essa premissa.

No ramo dos serviços, que, dadas as proporções, espelha o comércio, prevaleceu maior dinamismo econômico, destacando, principalmente, Parauapebas e Marabá-PA, Gurupi, Porto Nacional, Palmas e Araguaína-TO e Luís Eduardo Magalhães e Barreiras-BA. Esse desenho sugere haver espaço para crescimento dos serviços.

O QL para o ramo da Administração Pública foi o que mais se demonstrou significativo (Figura 8). Mesmo apresentando redução na quantidade de municípios com valores acima de

1,0 na segunda década analisada, o resultado chama a atenção. Os motivos podem ser diversos, porém destaca-se a quantidade de municípios que dependem do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para equilibrar a sua gestão. Além disso, podem ainda apresentar elevado número de pessoas ocupadas exclusivamente no setor público. Tal resultado reflete a necessidade de implantação de políticas públicas capazes de emancipar os indivíduos ao ponto de gerarem dinamismo econômico na perspectiva endógena.

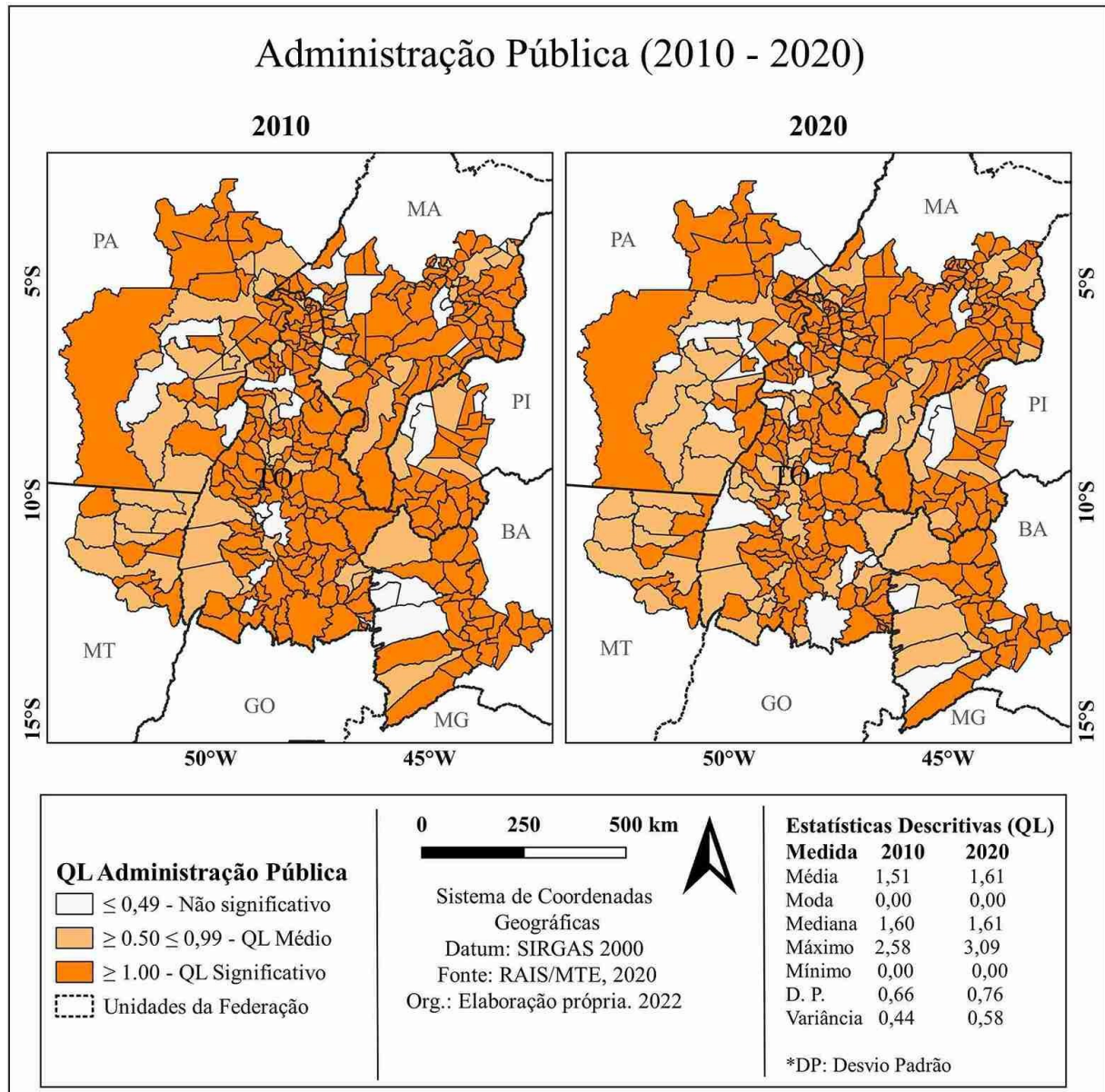
Dos dez municípios com os maiores QL destacam-se: São Raimundo do Doca Bezerra e Jatobá (no Maranhão) e Riacho Frio (no Piauí). Estes municípios demonstraram maior dependência da administração pública na última década. Municípios com maior dinamismo econômico não geraram QL significativo, ou seja, mantiveram-se abaixo de 1,0. Araguaína-TO, Parauapebas-PA e Luís Eduardo Magalhães-BA mantiveram valores inferiores a 0,5 para o QL. Esse resultado demonstra a capacidade destas municipalidades gerarem dinamismo econômico de destaque, quando comparados aos demais municípios da área de estudo.

Os municípios tocantinenses formam um corredor ligando a porção norte, central e sul. Até mesmo Palmas, com elevado IDH (0,788), também demonstrou QL significativo. A capital tocantinense, sede administrativa, possui representação de indivíduos ocupados no setor administrativo. Situação correlata ao ocorrido no Tocantins acontece com Marabá, Itupiranga, Goianésia, Jacundá, Novo Repartimento, Breu Branco (municípios paraenses), que mantiveram valores significativos de QL nos anos estudados. Além destes, São Félix do Xingu, no extremo norte do Pará, também enquadra na situação supracitada.

Os municípios maranhenses com valores significativos para Administração Pública aumentaram em 2020. A porção baiana seguiu o mesmo sentido dos municípios tocantinenses, possibilitou uma faixa no sentido norte-sul, mantendo-se com QL acima de 1,0. Altos valores de QL para esse ramo de atividade, geralmente, ocorre em municípios pouco dinâmicos economicamente (Oliveira; Piffer, 2017; Vergara; Fonseca; Marques de Oliveira, 2020). A dependência da Administração Pública reflete a impossibilidade em gerar empregos e aquecer a economia local. Portanto, esse resultado não é encarado como um fator positivo.

Em Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca o resultado assemelha-se parcialmente ao QL para Administração Pública. Dadas as devidas observações e nuances distintas, os mapas se sobrepõem pelo menos na porção paraense, para o resultado de 2010.

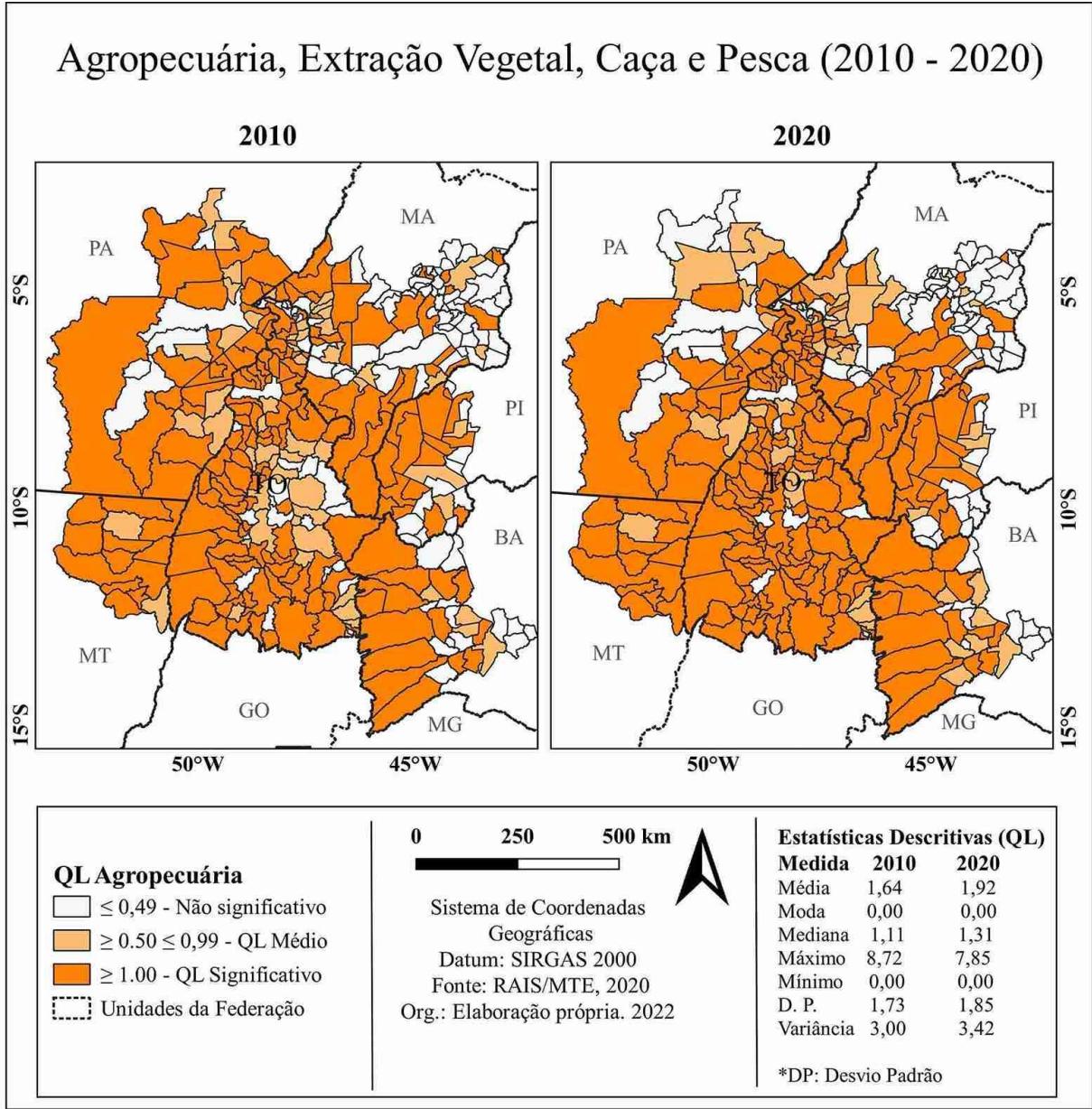
Figura 8 – QL no setor da Administração Pública no Centro-Norte (2010–2020)



Fonte: Elaboração própria, 2022

Entre os maiores valores para o QL para agropecuária destaca-se Grande do Ribeiro-PI e Lavandeira-TO, ambos mantiveram valores significativos de QL nos períodos analisados neste trabalho. Dos dez municípios com maiores valores de QL para agropecuária, apenas dois reduziram drasticamente os valores em 2020 (Lavandeira-TO e Afonso Cunha-MA). O QL no ramo da agropecuária tende a ser positivo, posto que possibilita a manutenção do multiplicador de emprego (Figura 9). A porção oeste do Tocantins, sobretudo para 2010, forma um pequeno cluster, com os municípios mato-grossenses e paraenses demonstrando valores positivos de QL, o que indica forte presença de ocupados na agricultura. Embora Baixa Grande do Ribeiro apresentasse o maior QL em 2010, São Desidério liderou o ranking do PIB em 2009 e 2019. Em 2019, o menor PIB total ocorreu em Afonso Cunha-MA, município que deteve o menor QL entre os dez listados.

Figura 9 – QL no setor da Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca no Centro-Norte (2010–2020)



Fonte: Elaboração própria, 2022

Na porção central do Tocantins identificaram-se os municípios com menor participação nesta atividade em 2010. Destacam-se Palmas, Araguaína e Gurupi (em 2010 e 2020), pelo seu dinamismo econômico, portanto não limitados a grande contingente na agropecuária. Além disso, formam o eixo mais desenvolvido na unidade federativa e comportam instituições de ensino estratégicas para o desenvolvimento (Vergara; Fonseca; Marques de Oliveira, 2020).

Para 2020 as alterações espaciais foram pequenas. O que se observou foi um gradativo aumento de municípios com QL acima de 1,0. O Tocantins teve um leve aumento, destacando municípios do sul do estado, enquanto no Pará, o número de municípios nessas condições foi reduzido. Ou seja, havia menos municípios com QL significativo para agropecuária. Os padrões de especialização detectados por QL são consistentes com a evolução setorial descrita para o Tocantins em 2006–2017, sobretudo nos polos de soja e pecuária, sugerindo continuidade da

trajetória de concentração produtiva. Observa-se que municípios com base agroexportadora consolidada tendem a manter trajetórias de especialização, enquanto localidades adjacentes exibem sinais de diversificação incipiente, com implicações para encadeamentos locais e resiliência regional. (Silva; Alves, 2024).

Tal resultado aponta a consolidação de projetos como o Manoel Alves (no sul do Tocantins), ampliando a oferta de trabalho (Oliveira; Rodrigues, 2017). No caso do Pará, em que houve redução, o ocorrido pode estar relacionado às migrações interestaduais, decorrentes da busca de oportunidades pelos residentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar dos avanços em termos de crescimento econômico e desenvolvimento, muitos municípios no Centro-Norte ainda possuem perfil locacional na atividade administrativa. Esse resultado implica baixa geração de empregos e pouca produtividade. Portanto, são necessárias políticas públicas mais apropriadas para esse recorte espacial, considerando a visão dos residentes para integrá-los no caminho do desenvolvimento endógeno.

Municípios como Parauapebas-PA, Araguaína-TO e Luís Eduardo Magalhães-BA se destacam por fugir ao padrão de municipalidades que dependem, em se tratando de emprego formal, do setor da administração pública. Mecanismos de geração de riqueza e ampliação da empregabilidade devem ser implantados, considerando a variabilidade espacial dos indicadores socioeconômicos identificados nessa área.

Polos regionais como o que ocorre entre Parauapebas e as municipalidades no entorno, destacando Canaã dos Carajás, desfrutam de locais privilegiados em se tratando de geração de emprego e renda. Área essa com a peculiaridade da mineração, de modo que se agrupou com Marabá e Ourilândia do Norte, também no Pará, em seu perfil locacional na indústria extrativa mineral.

Os municípios mais dinâmicos economicamente encontram-se espalhados espacialmente e destacam-se em setores distintos. Parauapebas e Canaã dos Carajás, no Pará, (mineração); Palmas-TO (serviços) e Tasso Fragoso-MA (agropecuária). Além desses, Imperatriz-MA, Luís Eduardo Magalhães-BA e Gurupi-TO também se destacam. O ramo de atividade com maior expressão nos municípios é a agropecuária. Este perfil locacional, obtido na maioria, respalda a proposta de que há necessidade de diversificação produtiva para haver maior crescimento em termos socioeconômicos em cada território. Os municípios que apresentam concentração de empregados no ramo da administração pública estão espalhados em toda região, demonstrando haver especialização produtiva. Tal resultado ressalta a necessidade de diversificação produtiva e geração de postos de trabalho.

Diante da expansão do agronegócio, impõem-se estudos sobre a sustentabilidade e a viabilidade social e econômica da produção de commodities no MATOPIBA e no Centro-Norte do Brasil, orientando políticas públicas de preservação ambiental e inclusão socioeconômica. Isso requer uma agenda de pesquisa, a fim de subsidiar políticas públicas de preservação ambiental e redução de desigualdades, que por hora, muito presente.

Outra situação que merece destaque é o fato de que os dados são elaborados apenas com informações dos trabalhadores formais. Este fato encobre a massa de residentes que atuam no mercado informal. Estudos futuros, que abordem outras variáveis (sociais e econômicas) em cada município serão úteis para sanar possíveis lacunas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. S. A.; PINTO, R. Religiosidade e turismo: o primado da experiência. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 12, n. 2, p. 615-627, maio/ago. 2017.
- ALMEIDA, K. O.; ALVES, A. E. S. Reflexões entre trabalho, memória e religiosidade: o comércio de artigos religiosos das romarias de Bom Jesus da Lapa. **Revista Binacional Brasil Argentina**, v. 1. n. 2, p. 87-105, 2012.
- ALVES, E. O.; OLIVEIRA, N. O. Desenvolvimento regional do sudeste do Pará. **DRd: Desenvolvimento Regional em debate**, v. 10, p. 512-534, 2020. Doi: <https://doi.org/10.24302/drd.v10i0.2666>.
- ALVES, L. R. Indicadores de localização, especialização e estruturação regional. In: PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J. (org.). **Análise regional: metodologias e indicadores**. Curitiba: Camões, 2012. p. 33-49.
- ALVES, V. E. L. Expansão do Agronegócio e os Impactos Socioambientais na Região de Cerrados do Centro Norte do Brasil (MATOPIBA). **Confins**, Paris, v. 45, p. 1, 2020.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Estudo da dimensão territorial para o planejamento**: volume III: Regiões de referência. Brasília, DF: Ministério do Planejamento, 2008.
- CASTILHO, D.; ARRAIS, T. A. A Ferrovia Norte-Sul e a economia regional do Centro Norte do Brasil. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 29, n. 2, p. 209-228, 2017.
- DÖRNER, S. H.; LIMA, J. F. A indústria canavieira em Aldeias Altas e São Raimundo das Mangabeiras. **Acta Tecnológica**, v. 10, n. 1, 2015. Doi: <https://doi.org/10.35818/acta.v10i1.260>.
- EBERHARDT, P.; CARDOSO, B. Perfil locacional do emprego formal nas microrregiões do Rio Grande do Sul: 2004/2014. **DRd: Desenvolvimento Regional em debate**, v. 7, n. 1, p. 144-163, 2017. Doi: <https://doi.org/10.24302/drd.v1i1.1405>.
- FEITOSA, M. M.; LEMOS, J. J. S.; CAMPOS, K. C. Simulações para produzir soja de forma sustentável na região do MATOPIBA. **DRd: Desenvolvimento Regional em debate**, v. 10, p. 196-221, 2020. Doi: <https://doi.org/10.24302/drd.v10i0.2629>.
- FONSECA, S. F. **Disparidades no processo de Desenvolvimento Regional no Centro Norte do Brasil nas primeiras décadas do Século XXI**. 2023. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2023.

- FONSECA, S. F. *et al.* Perfil Locacional dos municípios da Região Intermediária de Gurupi/TO, entre 2006 e 2016. **RA'EGA: O Espaço Geográfico em Análise**, n. 8, v. 51, p. 102–121, 2021. Doi: <https://doi.org/10.5380/raega.v51i0.70724>.
- FURTADO, P. C. C. G.; ALVES, V. E. L. Investimentos chineses, reestruturação produtiva e transformações no espaço agrário do Bioma de Cerrados do Centro-Norte do Brasil (MATOPIBA). **OKARA: Geografia em Debate (UFPB)**, v. 14, p. 473–492, 2020.
- GAWENDA, R. L. O. A representatividade socioeconômica do município de Confresa no desenvolvimento regional do norte Araguaia de Mato Grosso. **Huellas**, n. 18, p. 89–104. 2014.
- GIARETTA, J.; SILVA, D. J. Expansão do cultivo da soja na capital nacional do agronegócio — Sorriso/MT: 1985 a 2014. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, v. 8, n. 1, p. 152–161, 2017.
- HADDAD, P. R. Medidas de Localização e Especialização. In: HADDAD, P. R. (org.). **Economia Regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: BNB; ETENE, 1989. p. 225–247.
- ISARD, W. **Methods of Regional Analysis: An Introduction to Regional Science**. Cambridge, MA: MIT Press, 1960.
- ISSERMAN, A. M. The Location Quotient Approach to Estimating Regional Economic Impacts. **Journal of the American Institute of Planners**, v. 43, n. 1, p. 33–41. 1977.
- LACERDA, L. P. T.; ALMEIDA, A. N. Diferenciais de rendimento entre os setores de serviços e da indústria no Brasil: uma análise de decomposição. **Economia e Sociedade** v. 28, n. 1, p. 255–283, 2019.
- LIMA, J. F. Indicadores de desigualdades regionais. In: PIACENTI, C. A.; LIMA, J. F. (org.). **Análise Regional: metodologias e indicadores**. Curitiba: Camões, 2012. p. 23–32.
- MANCINI, R. M.; CARNEIRO, M. S. Desenvolvimento industrial e mercado de trabalho: contestação social e transformações recentes na produção siderúrgica na Amazônia Oriental. **Caderno CRH**, Salvador, v. 31, n. 83, p. 373–387, maio/ago. 2018. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792018000200013>.
- MELO, A. C. C.; CARDOSO, A. C. D. O papel da grande mineração e sua interação com a dinâmica urbana em uma região de fronteira na Amazônia. **Nova Economia**, v. 26, n. Especial, p. 1211–1243, 2016.
- NORTH, D. C. A agricultura no crescimento econômico. In: SCHWARTZMAN, J. (org.). **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/CETEDRE – MINTER, 1977. p. 333–343.
- NORTH, D. C. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. São Paulo: Instituto Liberal, 1994.

OLIVEIRA, N. M. **Desenvolvimento Regional do Território do Estado do Tocantins: implicações e alternativas**. 2015. Tese (doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2015.

OLIVEIRA, N. M.; PIFFER, M. Determinantes do Perfil Locacional das atividades produtivas no Estado do Tocantins. **Boletim de Geografia**, v. 36, p. 92–111, 2018.

OLIVEIRA, N. M.; STRASSBURG, U. Notas sobre a desigualdade social no Bico do Papagaio, Tocantins. **Desafios, Revista Interdisciplinar da UFT**. v. 1, n. 1, p. 128–145, jul./dez. 2014.

OLIVEIRA, T. J. A.; PIFFER, M. Do Sudeste da Amazônia Legal ao Centro Norte: as transformações econômicas espaciais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v. 19, n. 1, p. 164–178, jan./abr. 2017.

OLIVEIRA, T. J. A.; RODRIGUES, W. Planejamento espacial e o projeto de irrigação rio Manuel Alves na microrregião de Dianópolis-TO. **Baru**, Goiânia, v. 3, n. 2, p. 173–190, jul./dez. 2017.

OLIVEIRA, T. J. A.; RODRIGUES, W.; LANZA, J. I. H.; A expansão do agronegócio nos Cerrados do Centro Norte brasileiro: uma análise espacial. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 16, p. 300–311, 2020.

PANTOJA, V. M. L.; PEREIRA, J. M. Discursos do desenvolvimento: (in)visibilidade do social, modernidade e progresso em Imperatriz, MA. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 20, n. 1, p. 79–93, jan./mar. 2019.

PEREIRA JUNIOR, A.; SANTOS, A. M. Análise multitemporal da supressão vegetal no município de Xinguara-Pará. **Revista Eletrônica de Gestão e Tecnologias Ambientais**, v. 4, n. 2, p. 260–277, 2016.

PIFFER, M. Indicadores de base econômica. In: PIACENTI, C. A.; FERRERA DE LIMA, J. (org.). **Análise Regional: metodologias e indicadores**. Curitiba: Camões, 2012. p. 51–62.

RADAELLI, V. A. **Ouro de Natividade, Estado do Tocantins**. Goiânia: CPRM, 2000.

RIBEIRO, L. A.; LIMA, J. F. Centralidade e disparidades socioeconômicas na região do MATOPIBA no Brasil. **Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**, v. 8, p. 1–15, 2022.

RODRIGUES, J. C.; HAZEU, M. T. Projetos de infraestrutura, desastres e indicativos para novos desastres em Barcarena, Pará, Brasil. **DRd: Desenvolvimento Regional em debate**, v. 9, p. 818–838, 2019. Doi: <https://doi.org/10.24302/drd.v9i0.2457>.

SANTOS, J. F. S. Produção de soja, desigualdades no campo e mudanças climáticas na região do MATOPIBA. **DRd: Desenvolvimento Regional em debate**, v. 10, p. 535–561, 2020. Doi: <https://doi.org/10.24302/drd.v10i0.2703>.

SANTOS, J. S.; OLIVEIRA, M. S. Inserção e expansão do agronegócio no Oeste da Bahia: a (re)produção das desigualdades no território de identidade da Bacia do Rio Grande-Bahia, no decênio 2000-2010. **Ágora**, v.23, n.2, p. 173–188, jul./ago. 2021. Doi: <https://doi.org/10.17058/agora.v23i2.16307>.

SILVA, C. S.; ALVES, L. R. Análise da produção e do desenvolvimento municipal da agropecuária tocantinense entre 2006 e 2017. **DRd: Desenvolvimento Regional em debate**, v. 14, p. 71–96, 2024. Doi: <https://doi.org/10.24302/drd.v14.3646>.

SILVA, E. F. *et al.* Análise dos impactos socioeconômicos e socioambientais da mineração no município de Ourilândia do Norte-PA. **Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais**, v.12, n.10, p.572–581, 2021.

SILVA, S. S. Produção do espaço urbano em Marabá-PA: trajetórias e processos. **Geopauta**, v. 6, 2022.

VERGARA, R. M. O.; FONSECA, S. F.; OLIVEIRA, N. M. Região Imediata de Dianópolis-Tocantins: interpretando suas atividades produtivas. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 14, n. 01, p. 47–68, abr. 2020.

AGRADECIMENTO

Os autores agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de pesquisa de doutoramento do primeiro autor, e ao Centro de Estudos sobre Sustentabilidade, Populações Tradicionais e Educação na Amazônia (CESPE).